

JORNAL

VIGILANTE



QUINTA - FEIRA - 13 DE AGOSTO DE 2026 - WWW.JORNALVIGILANTE.COM.BR



Convenção do MDB (foto: Cid Costa)

O CENÁRIO ELEITORAL NO ESPÍRITO SANTO GANHOU UM NOVO CAPÍTULO APÓS O PT ANUNCIAR APOIO AO EX-GOVERNADOR RENATO CASAGRANDE (PSB) NA DISPUTA POR UMA DAS DUAS VAGAS AO SENADO EM 2026. APESAR DE AGRADECER A DECISÃO DOS PETISTAS, CASAGRANDE DEIXOU CLARO QUE PRETENDE MANTER O COMPROMISSO FIRMADO COM SUA COLIGAÇÃO EM TORNO DA CANDIDATURA DE ROSE DE FREITAS (MDB) PARA A OUTRA VAGA.

ORGANIZAÇÃO:
FAMÍLIA NERY
E AMIGOS

Clube
FM 103.9

13ª CAVALGADA DA PAZ

05 E 06 DE SETEMBRO

**SÍTIO NERY
VILA PAULISTA**

**LOCUTOR
ELINHO SILVA**

**PROIBIDO
ENTRAR
COM BEBIDAS**

**05 DE SETEMBRO
A PARTIR DAS 20H**

**06 DE SETEMBRO
A PARTIR DAS 14H**

Swing Loko

CLAU do Forró

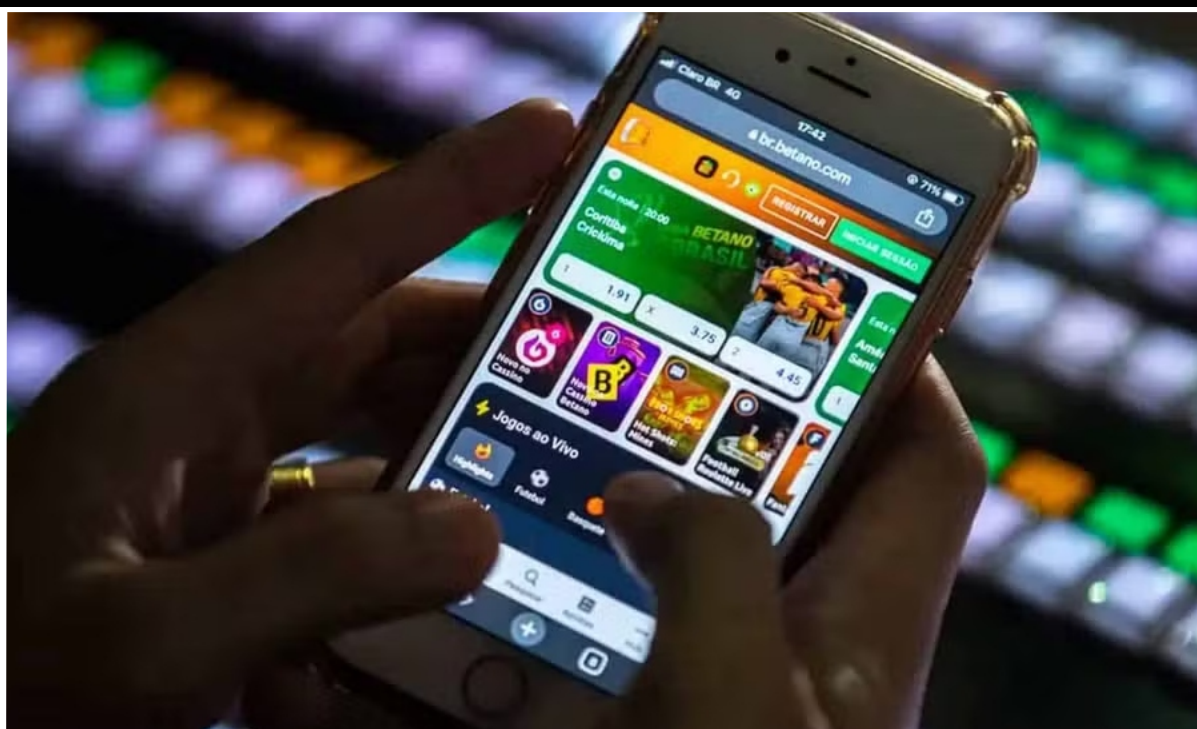
IMPERADORES DO FORRÓ

FORROZÃO

CAVALGADA BOA

LUAN SOUZA

**SAÍDA DA CAVALGADA ÀS 11h00,
06/09 - DOMINGO, NA CHEGADA ALMOÇO PARA
OS CAVALEIROS - LOGO APÓS SHOWS**



UMA PROPOSTA APRESENTADA POR ÓRGÃOS DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO ESPÍRITO SANTO AO MINISTÉRIO DA FAZENDA PRETENDE MUDAR A FORMA COMO AS PLATAFORMAS DE APOSTAS ESPORTIVAS APRESENTAM SUAS OFERTAS. A IDEIA É OBRIGAR AS CHAMADAS BETS A INFORMAR, ANTES DA CONFIRMAÇÃO DA APOSTA, A PROBABILIDADE ESTIMADA DE PERDA FINANCEIRA.



A MEDICINA CAPIXABA VIVE UMA EXPANSÃO NO USO DE TECNOLOGIAS AVANÇADAS NOS CENTROS CIRÚRGICOS. A CIRURGIA ROBÓTICA, QUE DURANTE ANOS ESTEVE CONCENTRADA PRINCIPALMENTE EM GRANDES CENTROS MÉDICOS DO PAÍS, JÁ FAZ PARTE DA ROTINA DE HOSPITAIS DO ESPÍRITO SANTO E COMEÇA A SER UTILIZADA EM OPERAÇÕES CADA VEZ MAIS COMPLEXAS.

GRAFICA
VIGILANTE
Fazendo o seu papel

Blocos de Nota, Cartões de Visita, Carimbos
Convites de casamento, Adesivos, Panfletos
Recibos, Imãs de Geladeira, e Muito Mais!

Atendimento de Segunda a Sábado!

VENHA FAZER SEU ORÇAMENTO.

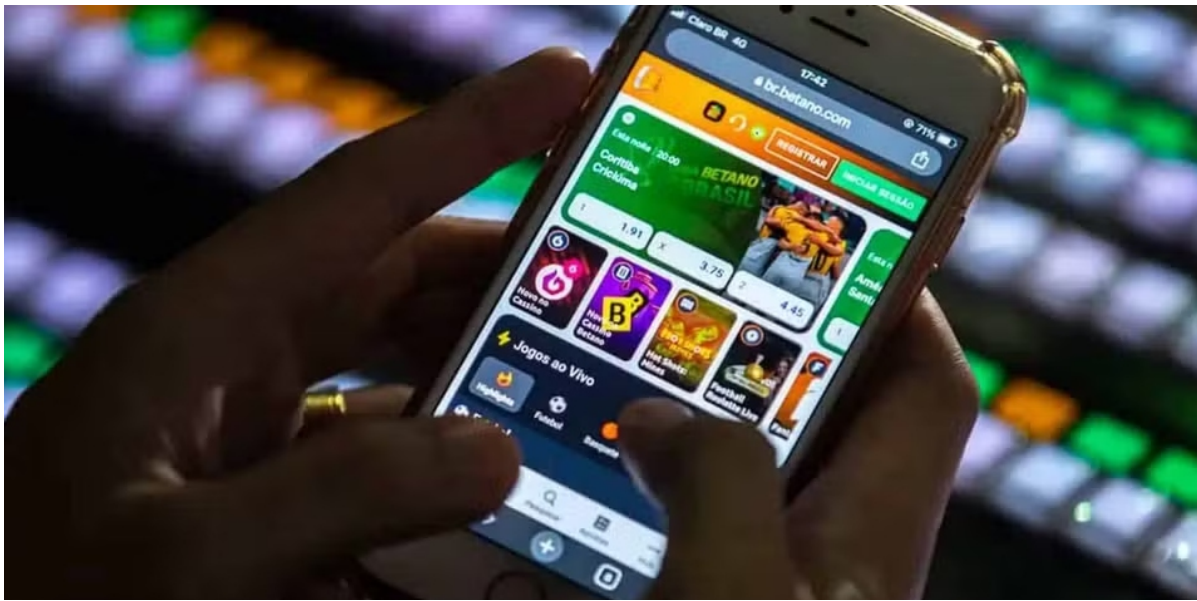
Tel.: (27) 99943-6111

ATENDIMENTOS EM TODA REGIÃO: MANTENA, ECOPORANGA,
ÁGUA BRANCA, ÁGUA DOCE DO NORTE, MANTENÓPOLIS, ETC.

Av. Jones dos Santos Neves, nº 214 - Barra de São Francisco - ES

ES PROPÕE QUE BETS MOSTREM AO APOSTADOR A CHANCE REAL DE PERDER DINHEIRO

Uma proposta apresentada por órgãos de defesa do consumidor do Espírito Santo ao Ministério da Fazenda pretende mudar a forma como as plataformas de apostas esportivas apresentam suas ofertas. A ideia é obrigar as chamadas bets a informar, antes da confirmação da aposta, a probabilidade estimada de perda financeira. A iniciativa foi elaborada pelo Centro Integrado de Defesa do Consumidor (CINDEC), que reúne instituições capixabas de proteção ao consumidor. O grupo entende que, atualmente, as plataformas dão grande destaque ao possível prêmio, enquanto o risco de perder o valor apostado não recebe a mesma visibilidade. A proposta chega em um momento de forte expansão do mercado de apostas no país e amplia uma discussão que já vem sendo travada pelo governo federal: como permitir a atividade econômica sem transformar as apostas em uma fonte de endividamento para as famílias. Proposta quer colocar risco e prêmio no mesmo nível. O CINDEC sugere que as plataformas utilizem uma fórmula matemática padronizada, regulamentada pelo governo, para calcular a probabilidade de perda a partir das próprias cotações, conhecidas como odds. Depois do cálculo, a informação deveria aparecer na tela antes que o usuário confirme a aposta e receber destaque semelhante ao valor potencial do prêmio — inclusive em tamanho, cor e visibilidade. Um exemplo utilizado na proposta ajuda a explicar a preocupação. Uma aposta com odd de 17 pode indicar ao usuário que um determinado resultado permitiria receber 17 vezes o valor apostado. Entretanto, segundo o cálculo apresentado pelo grupo, a probabilidade de perda nessa situação pode chegar a aproximadamente 94%. Na avaliação dos órgãos capixabas, mostrar apenas o possível retorno pode criar uma percepção distorcida da operação, principalmente para pessoas que não compreendem como funcionam as probabilidades envolvidas. Alertas seriam obrigatórios para apostas de maior risco. Além da divulgação da probabilidade, a proposta prevê um alerta visual específico para apostas cuja chance de perda seja superior a 80%. A intenção é criar uma espécie de sinalização de risco antes que o consumidor tome a decisão. Em vez de descobrir o risco somente depois de perder dinheiro, o usuário teria a informação disponível no momento da escolha. O CINDEC sustenta que essa mudança reforçaria o princípio de transparência previsto nas relações de consumo. Para o grupo, as informações atualmente oferecidas pelas plataformas não seriam suficientes para que o consumidor compreenda integralmente o risco financeiro de determinadas apostas. Mercado já possui regras de proteção. A proposta capixaba não surge em um cenário sem regulamentação. O Brasil passou a ter um mercado nacional de apostas de quota fixa regulamentado a partir de 1º de janeiro de 2025, e as



empresas precisam de autorização da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda para operar legalmente. O governo também já possui regras específicas de jogo responsável. A Portaria SPA/MF nº 1.231/2024 estabelece diretrizes para prevenção e tratamento do jogo problemático e determina mecanismos de proteção aos apostadores. Mais recentemente, o Ministério da Fazenda ampliou as exigências relacionadas à publicidade das apostas. Novas regras passaram a reforçar a necessidade de alertas sobre os riscos associados ao jogo na comunicação das empresas. É justamente nesse ponto que o CINDEC pretende avançar: em vez de uma advertência genérica sobre os riscos, a proposta busca uma informação individualizada para cada aposta. Aposta não é investimento. Outro aspecto importante do debate é a necessidade de evitar que as bets sejam apresentadas como uma forma de investimento ou renda. O funcionamento das apostas é diferente de uma aplicação financeira. O apostador coloca dinheiro em uma situação de resultado incerto e pode perder integralmente o valor investido. Uma análise técnica do Banco Central estimou que aproximadamente 24 milhões de pessoas físicas fizeram ao menos uma transferência via Pix para empresas de apostas e jogos de azar em determinado período analisado. O tamanho desse público ajuda a explicar por que órgãos de defesa do consumidor estão pressionando por mecanismos mais claros de proteção. O impacto sobre as famílias preocupa. O debate ganhou ainda mais força diante dos efeitos financeiros que as apostas podem provocar quando deixam de ser uma atividade ocasional e passam a comprometer parte significativa da renda. Dados citados em levantamento recente apontam que, em 2025, as apostas digitais representaram uma saída líquida de aproximadamente R\$ 62,5 bilhões das famílias brasileiras. O valor considera o fluxo financeiro entre apostadores e plataformas e mostra a dimensão econômica que o setor alcançou no país. Isso não significa que todo esse montante represente prejuízo individual dos apostadores. Parte do dinheiro retorna aos usuários na forma de prêmios. O dado, porém, evidencia o tamanho do fluxo financeiro movimentado pelo setor. Para os órgãos de defesa do consumidor, quanto maior o mercado, maior também deve ser a preocupação com usuários que apostam além de sua capacidade

financeira. Autoexclusão já pode ser utilizada. Entre as ferramentas criadas pelo governo federal está a autoexclusão, que permite ao cidadão restringir voluntariamente seu acesso às casas de apostas autorizadas. O serviço pode ser utilizado pelo próprio usuário para estabelecer um período determinado ou indeterminado sem acesso às plataformas participantes. A ferramenta faz parte de uma política mais ampla de jogo responsável, que procura identificar e reduzir comportamentos considerados prejudiciais. A proposta do Espírito Santo, entretanto, atua em outro momento: antes da aposta ser realizada. A lógica é fornecer informação suficiente para que o consumidor possa avaliar o risco antes de colocar o dinheiro em jogo. Ministério da Fazenda ainda vai analisar a ideia. A proposta apresentada pelo CINDEC foi encaminhada à estrutura responsável pela regulamentação das apostas no Ministério da Fazenda. Por enquanto, não existe uma regra nacional obrigando as bets a apresentar a probabilidade percentual de perda em cada aposta. Caso a sugestão seja aceita, será necessário definir critérios técnicos para o cálculo, a forma de apresentação da informação e os procedimentos de fiscalização. Um dos principais desafios será estabelecer uma metodologia que funcione para diferentes modalidades de apostas e que não produza uma falsa sensação de precisão. Uma mudança que pode afetar diretamente o comportamento do apostador. A proposta capixaba pode parecer uma alteração simples na tela de um aplicativo, mas teria um efeito importante na relação entre consumidor e plataforma. Hoje, o usuário normalmente encontra informações como valor apostado, possível retorno e odds. A proposta acrescentaria uma quarta informação fundamental: qual é o risco estimado de perder o dinheiro. A mudança pode fazer com que uma aposta aparentemente atraente seja vista de maneira diferente quando o consumidor perceber que a possibilidade de perda é muito elevada. Mais do que proibir ou restringir as apostas, a iniciativa busca aumentar a transparência e tornar a decisão do usuário mais consciente. O avanço do mercado brasileiro de bets mostra que o desafio agora não é apenas regulamentar as empresas, mas também criar mecanismos para que milhões de consumidores compreendam que ganhos são possíveis, mas perdas fazem parte da própria estrutura da atividade. Se a proposta do Espírito Santo avançar, o país poderá dar mais um passo na direção de uma regulamentação que não olhe somente para as empresas e para a arrecadação, mas também para a proteção financeira de quem está do outro lado da aposta. Fontes: G1 Espírito Santo, CINDEC/órgãos de defesa do consumidor, Ministério da Fazenda e Banco Central.

CASAGRANDE AGRADECE APOIO DO PT, MAS MANTÉM COMPROMISSO COM ROSE DE FREITAS AO SENADO

O cenário eleitoral no Espírito Santo ganhou um novo capítulo após o PT anunciar apoio ao ex-governador Renato Casagrande (PSB) na disputa por uma das duas vagas ao Senado em 2026. Apesar de agradecer a decisão dos petistas, Casagrande deixou claro que pretende manter o compromisso firmado com sua coligação em torno da candidatura de Rose de Freitas (MDB) para a outra vaga. A posição do ex-governador evidencia uma situação delicada nas articulações políticas do Estado. O PT decidiu apoiar Casagrande como seu segundo voto, enquanto mantém como prioridade a reeleição do senador Fabiano Contarato (PT). A expectativa dentro do partido é que esse apoio seja acompanhado por alguma reciprocidade durante a campanha. PT espera reciprocidade. A decisão petista, segundo a direção estadual da legenda, não foi condicionada a uma negociação formal. O presidente do PT capixaba, João Coser, afirmou que não houve exigência ou troca para que o partido apoiasse Casagrande. Ainda assim, os petistas esperam que o ex-governador ajude na campanha de Contarato e também tenha participação mais ativa na campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Espírito Santo. Casagrande já declarou publicamente apoio à candidatura



Convenção do MDB (foto: Cid Costa)

de Lula à reeleição. A expectativa do PT, portanto, vai além do voto para o Senado. A legenda pretende fortalecer uma frente política capaz de ampliar a presença de Lula no Estado e, ao mesmo tempo, garantir a permanência de Contarato no Senado. Casagrande mantém palavra com a coligação. Mesmo diante da aproximação com o PT, Casagrande adotou uma postura cautelosa ao ser questionado sobre a possibilidade de apoiar Contarato. O ex-governador afirmou que agradece o apoio recebido, mas ressaltou que sua coligação já definiu Rose de Freitas como candidata ao Senado. Com isso, ele sinaliza que não pretende abandonar, neste momento, o acordo firmado com os partidos que integram sua aliança. A situação coloca Casagrande diante de dois movimentos políticos importantes: de um lado, o novo apoio do PT; de outro, o compromisso com a composição eleitoral construída por sua

própria coligação. Disputa pelo Senado fica mais movimentada. O Espírito Santo terá duas vagas ao Senado em disputa nas eleições de 2026, o que torna cada aliança especialmente relevante. A decisão do PT de apoiar Casagrande aumenta o peso político do ex-governador na corrida eleitoral, mas também cria expectativas sobre como os votos serão distribuídos entre os candidatos apoiados pelos diferentes grupos. Nesse cenário, a relação entre Casagrande, Contarato, Rose de Freitas e Lula passa a ser acompanhada de perto pelas demais forças políticas capixabas. Mais do que uma simples definição eleitoral, o episódio mostra como as alianças para o Senado estão sendo construídas em meio a diferentes interesses. Enquanto o PT busca fortalecer Contarato e a candidatura de Lula, Casagrande tenta preservar os compromissos assumidos com sua coligação. A tendência é que essas negociações continuem evoluindo ao longo da campanha, especialmente à medida que os partidos definirem suas chapas completas e estratégias para a disputa de outubro. Fonte: Folha Vitória – Casagrande agradece apoio do PT, mas reafirma aliança com Rose

SÉRGIO MORO REGISTRA CANDIDATURA AO GOVERNO DO PARANÁ E DECLARA PATRIMÔNIO DE R\$ 1 MILHÃO

O senador e ex-juiz Sérgio Moro (PL-PR) oficializou o registro de sua candidatura ao Governo do Paraná nas eleições de 2026. Junto à documentação entregue à Justiça Eleitoral, Moro declarou possuir R\$ 1.036.642,25 em bens, valor inferior ao patrimônio informado por ele na eleição de 2022. A declaração representa uma redução nominal de aproximadamente R\$ 552,7 mil, ou 34,78%, em relação aos R\$ 1,589 milhão declarados quando disputou o Senado, há quatro anos. Apartamento e investimentos estão entre os principais bens. De acordo com os dados apresentados ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o maior patrimônio individual declarado por Moro é um apartamento em Curitiba, avaliado em R\$ 238.463,07. Também aparecem na relação um Volkswagen Tiguan, adquirido em 2020, com valor declarado de R\$ 155 mil, além de aproximadamente R\$ 239,7 mil em fundos de investimento. O senador ainda informou possuir uma conta bancária no exterior com saldo de cerca de R\$ 185,9 mil. Entre os demais bens estão letras de crédito do agronegócio e imobiliárias, contas bancárias no Brasil, uma poupança, participação societária na empresa Moro Consultoria e Assessoria em Gestão Empresarial de Riscos Ltda. e um imóvel comercial em Curitiba. Patrimônio no exterior caiu significativamente. Uma das principais diferenças em relação à declaração apresentada em 2022 está justamente nos recursos mantidos fora do Brasil. Naquele

ano, Moro havia declarado R\$ 392.787,64 em uma conta no exterior. Agora, o valor informado é de aproximadamente R\$ 185,9 mil, uma redução superior a R\$ 200 mil. Também houve mudanças na composição dos imóveis declarados. Em 2022, o então candidato ao Senado informou dois apartamentos em Curitiba, enquanto na declaração atual consta um apartamento residencial e um imóvel comercial. De senador a candidato ao governo. A candidatura ao governo representa uma mudança importante na trajetória política de Moro. Ele chegou ao Senado em 2022 pelo então União Brasil, após abandonar o projeto de disputar a Presidência da República naquele ano. Agora filiado ao PL, Moro entra oficialmente na corrida pelo comando do Paraná. O registro da candidatura ocorre em um cenário de disputa que também reúne outros nomes interessados em suceder o atual governador, Ratinho Junior (PSD). O senador chega à eleição estadual com forte exposição nacional acumulada desde sua atuação como juiz federal e, posteriormente, como ministro da Justiça e Segurança Pública no governo Jair Bolsonaro. Declaração de bens é obrigatória. A apresentação do

patrimônio faz parte do processo de registro de candidatura e permite que o eleitor tenha acesso aos bens informados pelos candidatos à Justiça Eleitoral. Os valores declarados não necessariamente correspondem ao preço atual de mercado dos imóveis ou outros ativos, já que seguem os critérios utilizados nos documentos apresentados ao TSE. No caso de Moro, a comparação entre as duas declarações mostra não apenas uma redução no patrimônio total, mas também uma mudança na composição dos bens ao longo dos quatro anos. Com o registro oficializado, Moro passa agora a concentrar sua campanha na disputa pelo Governo do Paraná, em uma eleição que promete ser uma das principais disputas estaduais do país em 2026. Fonte principal: Folha Vitória – Sérgio Moro registra candidatura ao governo do Paraná



NOVO PISO DOS MÉDICOS PODE GERAR IMPACTO DE R\$ 25,9 BI AOS COFRES MUNICIPAIS, DIZ CNM

Pauta-bomba aprovada em comissão do Senado pode gerar um impacto de R\$ 25,9 bilhões para os cofres municipais, segundo estimativa da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Nesta terça-feira (11), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou o Projeto de Lei 1.365/2022 que estabelece o novo piso salarial de médicos e cirurgiões-dentistas no valor de R\$ 13.662 para jornada de 20 horas semanais. A proposta segue para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De autoria da senadora Daniella Ribeiro (PP-PB), a proposta já havia sido aprovada em votação final pela CAS. Mas um recurso levou o texto ao Plenário, onde foram apresentadas quatro emendas. Como as alterações têm impacto econômico e financeiro, elas foram encaminhadas à CAE, que aprovou o novo texto.

A proposta prevê a implantação gradual do novo piso em três etapas:

40% do valor no primeiro exercício financeiro após a publicação da lei;

70% no segundo exercício;

100% no terceiro.

O texto também prevê reajuste anual do piso pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para a rede



privada e eleva para 50% os adicionais por trabalho noturno e horas extras. Atualmente, o piso das categorias é de R\$ 3.636 para uma jornada de 20 horas semanais.

Impacto nas contas municipais

Na avaliação da CNM, caso seja aprovado, o novo piso deve agravar a situação financeira das administrações municipais, que já enfrentam dificuldades orçamentárias, e colocar em risco a sustentabilidade das contas locais.

Pelo texto aprovado na CAE, a União deverá compensar estados, Distrito Federal e municípios pelo aumento das despesas com pessoal por meio do Fundo Nacional de Saúde (FNS). No entanto, para a CNM, essa previsão não elimina o impacto financeiro sobre os municípios.

A entidade argumenta que o FNS não

representa uma nova fonte de receita, mas um instrumento de gestão financeira do Sistema Único de Saúde (SUS), responsável pela operacionalização de recursos federais previstos no Orçamento da União. Segundo a CNM, o fundo também não possui capacidade própria de arrecadação para custear novas despesas permanentes, especialmente aquelas relacionadas a pagamento de pessoal.

16 propostas somam impacto de R\$ 295 bilhões

A proposta que cria o novo piso para médicos e cirurgiões-dentistas integra, segundo a CNM, um conjunto de 16 medidas legislativas em tramitação avançada no Congresso Nacional ou aprovadas recentemente que, juntas, podem representar um impacto de R\$ 295 bilhões para os cofres municipais.

De acordo com a entidade, as medidas têm efeitos diretos sobre a capacidade dos municípios de manter a prestação de serviços públicos à população.

Entre as propostas citadas estão a elevação do piso nacional do magistério e mudanças nas regras de contratação e aposentadoria dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE).

BRASIL INVESTE R\$ 29,1 BILHÕES EM SANEAMENTO, MAS PRECISA DE ATÉ R\$ 900 BILHÕES PARA UNIVERSALIZAR

O Brasil vem ampliando os investimentos em saneamento básico, mas ainda enfrenta um desafio bilionário para universalizar os serviços de água e esgoto. Um estudo da Associação Brasileira das Empresas de Saneamento (Abcon), divulgado na segunda-feira (10), revelou que o setor registrou investimentos de cerca de R\$ 29,1 bilhões em 2024.

Dados do setor mostram que, apesar do avanço registrado nos últimos anos, o ritmo dos aportes precisará aumentar para que o país se aproxime das metas estabelecidas pelo Marco Legal do Saneamento.

A legislação prevê que, até 2033, 99% da população brasileira tenha acesso à água potável e 90% conte com coleta e tratamento de esgoto. O avanço exige expansão das redes, novas estruturas de tratamento e investimentos contínuos nos municípios.

Estimativas para o volume de recursos necessário variam conforme a metodologia utilizada. Estudos da da Abcon já apontaram para cifras próximas a R\$ 900 bilhões para a universalização.

Para Carlos Lebelein, da LMDM Consultoria, o principal desafio está justamente na diferença entre o que vem sendo investido atualmente e o volume necessário para alcançar as metas nos próximos anos.

“Estimam que entre R\$ 600 e até R\$ 900 bilhões são necessários para a gente encontrar essa meta em 2033. Isso daria uma taxa que, hoje, seria quase duas vezes a taxa de investimento em valores do que é feito normalmente. Então, seria mais que dobrar os investimentos que, hoje, são feitos anualmente para encontrar essa meta. Mas, não encontrar essa meta em 2033, de

maneira nenhuma significa um fracasso ou algo que a gente possa desabonar os avanços que foram feitos no setor”, frisou.

O cenário mostra que a universalização depende não apenas de um ano de investimento elevado, mas da manutenção de aportes em patamares superiores aos atuais ao longo dos próximos anos.

Universalização ainda avança de forma desigual

O desafio também aparece quando se observa a cobertura dos serviços. O acesso à água está mais próximo da universalização, enquanto a coleta e o tratamento de esgoto ainda apresentam uma distância maior em relação às metas estabelecidas para 2033.

Além da ampliação da infraestrutura, o setor enfrenta diferenças importantes entre regiões e municípios, o que torna o avanço do saneamento desigual pelo território brasileiro.

Desde a aprovação do novo Marco Legal do Saneamento, em 2020, novos projetos e concessões vêm ampliando a presença de investimentos privados no setor. O movimento ganhou força nos últimos anos e passou a alcançar um número maior de municípios.

Saneamento também

movimenta a economia

Além dos impactos diretos sobre saúde, qualidade de vida e meio ambiente, a expansão do saneamento tem potencial para gerar efeitos econômicos. No documento lançado pela Abcon estima-se que os investimentos necessários para universalizar os serviços podem acrescentar R\$ 1,4 trilhão ao Produto Interno Bruto (PIB) até 2033, além de gerar mais de 1,5 milhão de postos de trabalho ao longo do período.

Para a Abcon, o desafio para os próximos anos será transformar o crescimento dos investimentos em uma trajetória contínua de expansão dos serviços, especialmente nas localidades que ainda apresentam os maiores déficits de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Pixel Brasil 61

Fonte: Brasil 61



TOTALIZAÇÃO DOS VOTOS É ABERTA, AUDITÁVEL E SEGURA, DIZ TSE

Com a aproximação das eleições de 2026, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reforça os mecanismos de segurança e fiscalização do sistema eletrônico de votação. O secretário de Tecnologia da Informação da corte, Júlio Valente, explicou que o processo de votação e totalização dos resultados é estruturado de forma descentralizada e pública, permitindo a verificação dos dados produzidos em cada seção eleitoral.

De acordo com Valente, uma das principais características do sistema brasileiro é que a apuração dos votos começa na própria seção eleitoral. Ao fim da votação, a urna eletrônica registra o resultado e imprime o boletim de urna, com os votos recebidos por candidatos e partidos. Uma das vias é afixada no local de votação, e os dados também podem ser conferidos posteriormente no resultado divulgado pela Justiça Eleitoral.

O secretário explicou que os arquivos com os resultados são retirados da urna e transmitidos por canais criptografados. Antes de serem incorporados à totalização, passam por verificações que confirmam, entre outros pontos, se foram gerados pela urna eletrônica destinada àquela seção e se possuem a assinatura digital correspondente.

“Não é só receber e somar. Tudo é verificado”, disse Valente.

Ele ressaltou que partidos, candidatos e instituições fiscalizadoras podem acompanhar as diferentes etapas do processo. Segundo o secretário, o sistema eleitoral oferece atualmente dezenas de



oportunidades de fiscalização e auditoria.

Valente também destacou a biometria como uma das camadas de segurança do processo eleitoral. O mecanismo busca garantir que apenas o eleitor identificado possa liberar a urna para votar. Caso haja algum impedimento para a identificação biométrica, o mesário pode autorizar a votação, deixando registrado o procedimento.

Recontagem

Segundo Valente, eventuais questionamentos sobre os resultados podem ser apresentados à Justiça Eleitoral. Caso haja elementos que justifiquem uma recontagem, as urnas e os registros digitais dos votos permanecem preservados e lacrados após a eleição para permitir auditorias.

Sobre o voto impresso, o secretário lembrou que a implantação do modelo previsto em legislação foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ele também citou a experiência realizada em 2002, quando a utilização de impressoras provocou problemas técnicos e aumentou a

taxa de falhas no sistema.

Para Valente, a participação de partidos e instituições na fiscalização é fundamental para fortalecer a confiança no processo eleitoral. “O processo eleitoral brasileiro é um dos mais seguros, modernos e auditáveis do mundo”, afirmou.

Desinformação

Ao responder às críticas sobre a segurança das urnas eletrônicas, o secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Júlio Valente, ressaltou que não há registro

de fraude comprovada no sistema eletrônico de votação desde sua implantação, em 1996.

Segundo ele, o modelo substituiu o sistema de votação por cédulas de papel, que apresentava casos documentados de fraudes durante a coleta, a apuração e a guarda dos votos.

Para Valente, além do histórico de quase 30 anos sem casos comprovados de fraude nas urnas eletrônicas, a possibilidade de fiscalização é um dos principais elementos de segurança do sistema. Segundo o secretário, o processo eleitoral brasileiro conta atualmente com 40 oportunidades de fiscalização e auditoria, permitindo o acompanhamento e a verificação das diferentes etapas da votação e da totalização dos resultados.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2026-08/totalizacao-dos-votos-e-aberta-auditavel-e-segura-diz-tse>

CARIACICA SUPERA VITÓRIA NO REPASSE DE ICMS E LINHARES AVANÇA SOBRE VILA VELHA

Uma mudança importante no mapa da distribuição de recursos públicos do Espírito Santo foi registrada para 2027. O Governo do Estado definiu os índices provisórios de Participação dos Municípios (IPM), que determinam como será dividido entre as 78 cidades capixabas um percentual da arrecadação estadual do ICMS. O novo ranking traz duas mudanças de destaque: Cariacica ultrapassou Vitória, assumindo a segunda posição, enquanto Linhares passou Vila Velha e chegou ao quarto lugar. A Serra permanece na liderança. Serra continua na liderança. Pelos índices provisórios, a Serra terá direito a 14,04% da parcela do ICMS destinada aos municípios. Cariacica aparece em seguida, com 10,10%, enquanto Vitória terá 9,89%. A diferença entre Cariacica e a capital é de 0,20 ponto percentual, suficiente para colocar o município na segunda colocação do ranking estadual. Na disputa seguinte, Linhares também ganhou espaço. O município do Norte do Estado ficou com 5,57%, contra 4,28% de Vila Velha, uma diferença de 1,29 ponto percentual. Atividade econômica pesa na distribuição. A principal explicação para essas mudanças está no desempenho econômico dos municípios. O Valor Adicionado Fiscal (VAF) representa 75% da composição do IPM e considera a riqueza gerada pelas atividades econômicas desenvolvidas em cada cidade. Nesse indicador, a Serra registrou 13,84%, Cariacica ficou com 9,87% e Vitória com 9,72%. Linhares alcançou 4,89%, enquanto Vila

Velha chegou a 4,08%. Os cálculos levam em consideração os resultados econômicos de 2024 e 2025. Os outros 25% do índice são definidos por critérios estabelecidos na legislação estadual, incluindo fatores relacionados à educação, extensão territorial, propriedades rurais e serviços de saúde. Isso significa que o tamanho da economia não é o único elemento considerado na definição da participação de cada município. Mais recursos podem significar maior capacidade de investimento. A mudança no ranking tem impacto direto nas finanças municipais. O percentual definido pelo IPM determina quanto cada prefeitura terá direito a receber dentro da parcela de 25% do ICMS estadual que pertence aos municípios. Esses recursos ajudam as administrações municipais a financiar áreas como saúde, educação, infraestrutura, manutenção de serviços públicos e investimentos. É importante destacar, porém, que os percentuais não representam valores fixos em reais. O montante efetivamente recebido por cada cidade dependerá do total de ICMS arrecadado pelo Estado ao longo de 2027. Bom Jesus do Norte também apresenta avanço. Entre os municípios menores, um dos destaques foi Bom Jesus do Norte. O Valor Adicionado Fiscal da cidade passou de R\$ 168 milhões em 2024 para R\$ 212,3 milhões em 2025, crescimento nominal de 26,3%. Com o avanço, o município alcançou um IPM provisório de

0,3173% para 2027. Índices ainda podem mudar. Os números divulgados pelo Governo do Estado ainda são provisórios. As prefeituras terão 30 dias para contestar os cálculos caso encontrem alguma inconsistência. Depois da análise dos recursos apresentados pelos municípios, serão definidos os índices definitivos que passarão a valer a partir de 1º de janeiro de 2027. A nova distribuição mostra, portanto, um movimento de transformação na economia capixaba. Cariacica e Linhares ganharam espaço no ranking, enquanto Vitória e Vila Velha perderam posições relativas. O desempenho da atividade econômica nos últimos anos foi determinante para essa mudança e poderá representar uma diferença importante na capacidade financeira das prefeituras no próximo ano. Fonte: Folha Vitória – Cariacica ultrapassa Vitória no repasse de ICMS e Linhares supera Vila Velha



FARMÁCIA POPULAR PODERÁ AMPLIAR SERVIÇOS E OFERECER EXAMES E TESTES RÁPIDOS

O Programa Farmácia Popular poderá passar por uma nova expansão no Brasil. Além da distribuição de medicamentos e outros produtos de saúde, o governo federal estuda permitir que estabelecimentos credenciados ofereçam exames laboratoriais, testes rápidos, teleatendimento e acompanhamento de pacientes. A proposta faz parte de uma regulamentação publicada pelo Ministério da Saúde nesta semana. A intenção é transformar gradualmente as farmácias participantes em pontos complementares de acesso à saúde, principalmente em regiões onde a população enfrenta dificuldades para chegar a unidades médicas e laboratórios. Novos serviços ainda serão discutidos. Para avaliar a ampliação, o Ministério da Saúde deverá criar um Grupo de Trabalho responsável por discutir quais serviços poderão ser incorporados ao programa e como eles serão oferecidos. Entre as possibilidades estão exames de sangue e urina, testes rápidos, atendimento remoto com profissionais de saúde e acompanhamento de pessoas com doenças crônicas, como hipertensão e diabetes. A proposta não significa que todos esses serviços estarão disponíveis imediatamente. A implementação deverá ocorrer de maneira gradual, após a definição de critérios técnicos e operacionais. Tecnologia também terá papel maior. As mudanças previstas incluem uma modernização dos sistemas utilizados pelo programa. O governo pretende utilizar ferramentas digitais e inteligência artificial para acompanhar as operações, identificar irregularidades e aumentar a segurança. Também estão sendo estudados



recursos como biometria e reconhecimento facial, que poderão ajudar na identificação dos usuários e na prevenção de fraudes. Outra alteração prevista é a atualização do Sistema Autorizador de Vendas, responsável por validar as operações realizadas nas farmácias credenciadas. Farmácias terão que renovar credenciamento. A nova regulamentação também modifica as regras para os estabelecimentos participantes. As farmácias deverão renovar a participação no programa a cada dois anos, ficando sujeitas à suspensão ou ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências. O governo também pretende adotar uma classificação mais proporcional para irregularidades. Com isso, farmácias que apresentam problemas considerados de baixo risco poderão voltar a operar após a regularização. A medida pode permitir o retorno de cerca de 600 estabelecimentos que possuem pendências dessa natureza. Programa já atende milhões de brasileiros. Atualmente, o Farmácia Popular

possui aproximadamente 28 mil farmácias credenciadas, distribuídas por mais de 4,9 mil municípios. O programa beneficia cerca de 27,3 milhões de pessoas e disponibiliza gratuitamente 41 medicamentos e itens de saúde, incluindo produtos destinados ao tratamento de doenças crônicas, fraldas geriátricas e absorventes. A expansão deverá priorizar áreas consideradas mais vulneráveis. Também existe a possibilidade de utilização de unidades móveis para levar serviços a locais de difícil acesso, ampliando o alcance da iniciativa. Mudança pode aproximar população dos serviços de saúde. Se as propostas forem implementadas, o Farmácia Popular poderá assumir uma função mais ampla dentro da rede de atendimento. A ideia é utilizar a capilaridade das farmácias para facilitar o acesso a procedimentos básicos e acompanhamento de pacientes, sem substituir o atendimento médico tradicional. A expectativa é que parte das novas medidas comece a ser implementada a partir de 2027, após a conclusão das discussões técnicas e regulamentações necessárias. A mudança representa uma nova etapa para o programa: de uma iniciativa concentrada principalmente no acesso a medicamentos, o Farmácia Popular poderá se transformar também em uma porta de entrada para serviços básicos de prevenção, acompanhamento e monitoramento da saúde. Fonte principal: O Tempo – Farmácia Popular pode oferecer exames e testes rápidos

CIRURGIA ROBOTICA GANHA ESPAÇO NO ESPÍRITO SANTO E AMPLIA OFERTA DE PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE

A medicina capixaba vive uma expansão no uso de tecnologias avançadas nos centros cirúrgicos. A cirurgia robótica, que durante anos esteve concentrada principalmente em grandes centros médicos do país, já faz parte da rotina de hospitais do Espírito Santo e começa a ser utilizada em operações cada vez mais complexas. Um dos principais exemplos está na Rede Meridional, que implantou seu programa de cirurgia robótica em 2020 e já alcançou 1.845 procedimentos realizados em seis anos. O crescimento demonstra a consolidação da tecnologia no Estado e a ampliação de sua aplicação para diferentes especialidades. Tecnologia chega a procedimentos inéditos. O avanço não se limita ao aumento do número de operações. Em 2026, a Rede Meridional realizou dois procedimentos considerados inéditos no Espírito Santo com auxílio da plataforma robótica: a primeira cirurgia cardíaca robótica e o primeiro transplante renal realizado com a tecnologia no Estado. Na cirurgia cardíaca, foram utilizados quatro braços robóticos e visão tridimensional, permitindo que os médicos trabalhassem por meio de uma abordagem minimamente invasiva. No transplante renal, a técnica também foi empregada com o objetivo de reduzir o trauma provocado pelo procedimento e favorecer a recuperação do paciente. A evolução da tecnologia também ganhou projeção fora do Estado. Neste mês, o cirurgião Isaac Walker, da Rede Meridional em Cariacica, apresentou nos Estados Unidos um caso de alta complexidade envolvendo a retirada de um grande tumor gastrointestinal por meio de cirurgia robótica. O trabalho foi apresentado

no congresso anual da Society of Robotic Surgery, realizado na Flórida. Santa Rita também foi pioneiro. A expansão da tecnologia no Espírito Santo envolve outras instituições. O Hospital Santa Rita foi pioneiro na aquisição do sistema robótico Da Vinci no Estado. O equipamento chegou à instituição em 2020, e o primeiro procedimento foi realizado em abril daquele ano. Desde então, a tecnologia passou a ser empregada em áreas como urologia, cirurgia geral, oncologia, ginecologia, cirurgia pediátrica, cirurgia torácica e cabeça e pescoço, além de operações que combinam diferentes especialidades. Segundo a direção técnica do hospital, a utilização da plataforma possibilita maior precisão dos movimentos e oferece recursos que favorecem abordagens menos invasivas. Como funciona a cirurgia robótica? Apesar do nome, o robô não realiza a cirurgia sozinho. O equipamento funciona como uma ferramenta controlada pelo médico, que permanece responsável pelo planejamento e pela execução do procedimento. Entre os principais recursos estão a visão ampliada e tridimensional, maior precisão dos movimentos e instrumentos capazes de alcançar regiões de difícil acesso. Dependendo do tipo de operação, esses recursos podem contribuir para reduzir o trauma nos tecidos, a perda de sangue e o período de recuperação do paciente. Os benefícios, porém, variam conforme a cirurgia, as condições clínicas e a avaliação da equipe médica. Formação profissional é parte fundamental. O avanço da tecnologia também aumenta

a necessidade de capacitação dos profissionais. A utilização dos equipamentos exige treinamento específico e uma equipe preparada para lidar tanto com a plataforma quanto com situações que podem surgir durante uma operação. Para especialistas do setor, a expansão da cirurgia robótica precisa caminhar junto com investimentos em tecnologia, qualificação profissional e segurança do paciente. O cenário mostra que o Espírito Santo está ampliando sua capacidade de realizar procedimentos de alta complexidade sem que os pacientes precisem necessariamente buscar atendimento em outros grandes centros. Mais do que representar uma modernização dos hospitais, a expansão da cirurgia robótica sinaliza uma mudança na própria estrutura da medicina capixaba. Procedimentos que antes pareciam distantes começam a fazer parte da realidade local, com potencial para oferecer tratamentos mais precisos, menos invasivos e com recuperação mais rápida em determinados casos. Fonte: Folha Vitória – Cirurgia robótica avança e ganha espaço no ES



E32: AUMENTO DO ETANOL NA GASOLINA PROVOCA DISPUTA ENTRE GOVERNO, MPF E SETOR AUTOMOTIVO

A mudança na composição da gasolina brasileira abriu uma nova frente de debate entre órgãos públicos, indústria automobilística e representantes do setor de combustíveis. Desde 1º de agosto de 2026, a gasolina comercializada no país passou a conter 32% de etanol anidro, na chamada gasolina E32. A medida substituiu a mistura anterior de 30% e foi estabelecida pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) com validade inicial de 180 dias, podendo ser prorrogada uma vez pelo mesmo período. A alteração, porém, foi questionada pelo Ministério Público Federal (MPF), que ingressou com uma ação na Justiça para tentar suspender a mudança. O órgão levantou dúvidas sobre a suficiência dos testes realizados para assegurar que a nova composição não provoque problemas de funcionamento ou desgaste em diferentes veículos que circulem no país. A discussão ganhou força porque o Brasil possui uma frota bastante diversificada, que reúne desde automóveis modernos e flex até veículos antigos, motocicletas e modelos importados desenvolvidos originalmente para combustíveis com menor concentração de etanol. Por que o governo aumentou o etanol? A decisão faz parte da estratégia brasileira de ampliar a participação dos biocombustíveis na matriz energética. O governo também considera o cenário internacional dos combustíveis e a necessidade de reduzir a dependência brasileira da gasolina importada. Segundo o Ministério de Minas e Energia, a adoção do E32 poderá reduzir a necessidade de importação em aproximadamente 900 milhões de litros de gasolina por ano. A medida também está relacionada à chamada Lei do Combustível do Futuro, que estabelece políticas para ampliar o uso de combustíveis renováveis. A elevação da mistura também beneficia a utilização de etanol produzido no Brasil, principalmente a partir de cana-de-açúcar e milho. O governo argumenta que a maior presença do biocombustível pode contribuir para diminuir a exposição do país às oscilações internacionais do petróleo e dos combustíveis fósseis. Testes indicam segurança, afirma governo. Para defender a mudança, o governo cita estudos realizados pelo Instituto Mauá de Tecnologia (IMT), com acompanhamento do Ministério de Minas e Energia. Os ensaios avaliaram veículos leves e motocicletas representativos da frota nacional. Entre os pontos analisados estiveram desempenho, dirigibilidade, partida a frio, consumo e emissões, tanto em laboratório quanto em condições reais de utilização. Segundo o governo, os resultados não apontaram impactos relevantes no funcionamento dos veículos avaliados, inclusive em modelos equipados com motores não flex. A União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica) também defendeu os estudos e afirmou que os testes envolveram 16 veículos leves e 13 motocicletas, com modelos fabricados entre



1994 e 2024. MPF questiona alcance das avaliações. O ponto central da contestação está justamente na extensão desses testes. O MPF questiona se as avaliações realizadas são suficientes para representar toda a diversidade da frota brasileira e para comprovar os efeitos da utilização do E32 no longo prazo. Antes mesmo da decisão do CNPE, entidades do setor automotivo haviam manifestado preocupação com a necessidade de testes adicionais. Uma das questões levantadas pela indústria é que a nova mistura poderia exigir avaliações que considerassem também uma concentração superior à nominal, chegando a 34% de etanol, devido à tolerância prevista para a composição do combustível. Outro ponto é a durabilidade. Testes de desempenho em períodos relativamente curtos conseguem verificar funcionamento, consumo e emissões, mas não necessariamente demonstram como componentes de um veículo irão se comportar depois de anos utilizando uma mistura diferente. O próprio governo mantém estudos para avaliar concentrações ainda maiores, incluindo o E35, com foco justamente na durabilidade de componentes e nos efeitos da utilização prolongada. O que pode acontecer com carros antigos? A discussão preocupa especialmente proprietários de veículos mais antigos e alguns modelos importados ou exclusivamente movidos a gasolina. Isso não significa que um carro fabricado antes da chegada do E32 necessariamente terá problemas. A compatibilidade depende do projeto do motor, dos materiais utilizados no sistema de combustível, da calibração eletrônica e das condições de manutenção. Veículos flex, por exemplo, são projetados para trabalhar com diferentes proporções de etanol e gasolina e tendem a apresentar maior capacidade de adaptação. Já modelos antigos ou importados podem ter características diferentes. Por isso, especialistas recomendam evitar conclusões generalizadas de que o E32 irá "estragar" motores. Da mesma forma, a existência de testes que apontam segurança para determinados veículos não significa que todos os modelos existentes tenham sido avaliados individualmente. E o consumo? Outra consequência importante é a alteração do conteúdo energético da gasolina. Como o etanol possui menor densidade energética que a gasolina, uma mistura com maior proporção de etanol pode resultar em maior consumo volumétrico em

determinadas condições. Isso não significa necessariamente que o motorista terá uma perda perceptível de desempenho, mas pode modificar a quantidade de combustível necessária para percorrer determinada distância. Para veículos flex, a comparação entre gasolina E32 e etanol hidratado também fica diferente. A antiga regra de que o etanol seria vantajoso quando custasse até 70% do preço da gasolina já não é necessariamente a melhor referência. Análises recentes apontam que, dependendo do veículo e do consumo, o ponto de equilíbrio pode chegar próximo de 78% do preço da gasolina. Na prática, o motorista deve considerar o consumo real do próprio veículo, e não apenas uma porcentagem fixa. Governo também aposta em benefícios ambientais. A mudança não tem apenas justificativa econômica. O etanol é um combustível renovável e, ao ampliar sua participação na gasolina, o governo espera reduzir as emissões associadas ao consumo de combustíveis fósseis. O Ministério de Minas e Energia estima que a adoção do E32 possa evitar cerca de 552 mil toneladas de CO₂ equivalente durante o período inicialmente previsto para a medida. A estratégia faz parte de uma política mais ampla de expansão dos biocombustíveis no país. Uma disputa que ainda está longe do fim. O caso colocou em lados diferentes instituições que, em princípio, perseguem objetivos complementares. O governo defende a ampliação do uso de um combustível renovável produzido nacionalmente e a redução da dependência de gasolina importada. O setor de biocombustíveis sustenta que os estudos realizados demonstram a viabilidade da mistura. Já o MPF e representantes da indústria automotiva cobram mais evidências sobre os efeitos de longo prazo, especialmente para veículos que não foram desenvolvidos especificamente para trabalhar com concentrações mais elevadas de etanol. A questão, portanto, não se resume a saber se o E32 "faz mal" ou "faz bem" ao motor. O debate envolve segurança técnica, qualidade dos testes, idade da frota, custos de manutenção, consumo, emissões, preço dos combustíveis e independência energética. Enquanto a Justiça analisa o questionamento do MPF, o E32 já faz parte da rotina dos postos brasileiros. Paralelamente, o governo prepara novos estudos sobre concentrações superiores, o que indica que a participação do etanol na gasolina poderá continuar aumentando nos próximos anos. O episódio mostra que a transição para uma matriz de combustíveis mais renovável traz oportunidades para o Brasil, mas também exige transparência nos testes, acompanhamento dos efeitos sobre a frota e informações claras para o consumidor. Fontes: G1 – MPF questiona aumento do etanol na gasolina · Ministério de Minas e Energia – CNPE aprova E32 · Reuters – questionamento do MPF sobre o E32

STF MANDA TRIBUNAIS DEVOLVEREM PAGAMENTOS CONSIDERADOS EXORBITANTES A MAGISTRADOS

O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a suspensão e a devolução de valores pagos de forma considerada irregular a magistrados de sete tribunais estaduais e do Distrito Federal. As decisões foram assinadas pelos ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Gilmar Mendes e Cristiano Zanin e atingem cortes de Goiás, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia e do Distrito Federal. A determinação ocorre após o Supremo analisar informações encaminhadas pelos próprios tribunais sobre pagamentos de verbas adicionais, conhecidas como “penduricalhos”, que fizeram alguns contracheques ultrapassarem significativamente o teto constitucional. Valores chegaram a milhões de reais. Entre os casos identificados pelo STF está o de um magistrado do Tribunal de Justiça do Maranhão que recebeu R\$ 3,2 milhões em um único mês. No Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, 589 magistrados receberam mais de R\$ 100 mil em determinado período analisado pela Corte. Os ministros determinaram que os presidentes dos tribunais apresentem, em até cinco dias, documentos comprovando tanto a suspensão dos pagamentos considerados irregulares quanto a devolução dos valores. A medida faz parte de uma ofensiva do Supremo para impedir que benefícios e indenizações sejam utilizados para ultrapassar os limites estabelecidos para a remuneração do serviço público. O que são os chamados penduricalhos? O termo é utilizado para definir uma série de pagamentos adicionais concedidos a integrantes de



determinadas carreiras públicas. Podem incluir indenizações, auxílios, licenças compensatórias e outras verbas. O problema analisado pelo STF está principalmente na utilização desses pagamentos para elevar os ganhos muito acima do teto constitucional. Atualmente, o limite geral corresponde à remuneração dos ministros do Supremo, de aproximadamente R\$ 46,4 mil. Em março, o STF estabeleceu regras para limitar os chamados penduricalhos no Judiciário, Ministério Público e Advocacia-Geral da União (AGU). Segundo informações divulgadas pela Corte, as mudanças podem representar uma economia estimada em R\$ 7,3 bilhões por ano. Tribunais alegam cumprimento de regras administrativas. As cortes estaduais afirmaram que parte dos pagamentos questionados estava baseada em uma resolução conjunta aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça

(CNJ) e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O STF, entretanto, entendeu que diversos pagamentos identificados nos documentos enviados pelos tribunais não estavam de acordo com as regras estabelecidas pela própria Corte. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) afirmou respeitar as decisões do Supremo e ressaltou que determinados pagamentos possuem caráter indenizatório e que valores excepcionalmente elevados em um determinado mês não necessariamente representam a remuneração habitual de um juiz. AGU também entra no radar. A investigação não ficou restrita aos tribunais estaduais. O STF determinou que a Advocacia-Geral da União encaminhe, em até 72 horas, as folhas de pagamento completas de seus integrantes. A Corte também quer que sejam identificados eventuais membros da AGU que tenham recebido benefícios que não estejam de acordo com as regras estabelecidas pelo Supremo. A medida amplia a fiscalização sobre pagamentos adicionais no serviço público e demonstra que o STF pretende acompanhar de perto o cumprimento das regras referentes ao teto remuneratório. Debate sobre salários do Judiciário continua. O episódio reacende uma discussão antiga sobre os altos salários pagos em determinadas carreiras públicas. Dados levantados ao longo deste ano já haviam mostrado que tribunais estaduais e do Distrito Federal registraram bilhões de reais em pagamentos acima do teto, principalmente por meio de verbas classificadas como indenizatórias. Agora, além de determinar a interrupção de novos pagamentos considerados irregulares, o STF exige que os valores já recebidos sejam devolvidos. A decisão representa uma tentativa de aumentar o controle sobre os contracheques do Judiciário e impedir que benefícios adicionais funcionem, na prática, como mecanismo para superar o teto constitucional. O resultado poderá ter impacto significativo nas despesas públicas e deve manter o debate sobre transparência, remuneração e privilégios no serviço público no centro das discussões nacionais. Fonte principal: Folha Vitória – Magistrados de 7 estados terão que devolver penduricalhos



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá

Publicações oficiais da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá em 13/08/2026

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2026

OBJETO: Aquisição e instalação de postes de concreto.
ABERTURA DE LICITAÇÃO: 28 de agosto de 2026, a partir das 08h;
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 8h do dia 14 de agosto de 2026 até às 7:59h do dia 28 de agosto de 2026.
LOCAL DE ABERTURA: Bolsa Nacional de Compras (BNC) – www.bnc.org.br. O edital completo poderá ser retirado pelos interessados no site da Prefeitura Municipal www.pmsmj.es.gov.br ou www.bnc.org.br.
ID Cidades: 2026.062E0700001.01.0094

RONAN ZOZOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2026

OBJETO: Aquisição de sacolas de lixo.
ABERTURA DE LICITAÇÃO: 26 de agosto de 2026, a partir das 08h;
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 8h do dia 14 de agosto de 2026 até às 7:59h do dia 26 de agosto de 2026.
LOCAL DE ABERTURA: Bolsa Nacional de Compras (BNC) – www.bnc.org.br. O edital completo poderá ser retirado pelos interessados no site da Prefeitura Municipal www.pmsmj.es.gov.br ou www.bnc.org.br.
ID Cidades: 2026.062E0700001.01.0095

RONAN ZOZOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal



PREFEITURA DE São GABRIEL DA PALHA

Publicações oficiais da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha em 13/08/2026

PREFEITURA DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 028/2026
ID CIDADES: 2026.065E0500001.01.0016

DATA DE ABERTURA: 26/08/2026 às 13 h.
OBJETO: Aquisição de medicamentos não pactuados pelo SUS para atender as necessidades da Farmácia Básica Municipal através da Secretaria Municipal de Saúde, deste município. O edital poderá ser retirado no site www.saogabriel.es.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br. Demais informações pelo e-mail licitacao@saogabriel.es.gov.br.

São Gabriel da Palha, em 13/08/2026.
MARCELLA FERREIRA ROSSONI ROCHA
Secretária Municipal de Saúde



Av. Jones dos Santos Neves, 214, Loja 02
Centro - Barra de São Francisco - ES - MATRIZ
Rua C, 253 - Nicolini - Mantena - MG - FILIAL
Facebook: Jornal O Vigilante Instagram: @jornalvigilante
CNPJ: 06.075.462/0001-54 / e-mail: jornalovigilante@bol.com.br
CNPJ FILIAL MANTENA - MG : 06.075.462/0002-35

Tel.: (27) 99991-9614
DIRETOR DE MARKETING
Sérgio Machado

DIRETOR DE OPERAÇÕES
Sérgio Machado
DIRETOR GERAL
Sérgio Machado

DIRETOR DE REDAÇÃO
João Paulo Vieira
DIAGRAMAÇÃO
João Paulo Vieira